

SINTIUS



1942 - 2017

# SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

10/08/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

## **Terceirização precariza as relações de trabalho no país, afirmam participantes de audiência pública**

A flexibilização das regras de terceirização implementada pela reforma trabalhista precariza as relações de trabalho no país, apontaram os participantes da audiência pública realizada pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho nesta quinta-feira (9). A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a reunião faz parte do ciclo de debates sobre a SUG 12/2018, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, a Lei 13.467, de 2017, desregulamenta a terceirização e gera um efeito negativo nas relações de trabalho, inclusive na média salarial.

– Os novos contratados recebem remunerações menores até que o salário mínimo. Como podemos retomar o consumo e reforçar a política de emprego se a renda da população diminui cada vez mais? – indagou Paim.

Segundo o sindicalista Sérgio Luiz Leite, primeiro secretário-geral da Força Sindical, o governo dizia que a reforma trabalhista serviria para modernizar as relações de trabalho, trazer segurança jurídica e gerar emprego. Porém, acontece exatamente o contrário, na sua avaliação.

– Precisamos combater essa terceirização que visa ocupar um trabalhador quase sem direitos em troca de um trabalhador formal que trabalhava diretamente para a empresa – reivindicou.

De acordo com Anna Taboas, membro do Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes do Rio de Janeiro, a terceirização no Brasil representa precarização, pois as jornadas são excessivas e a mão de obra é desqualificada.

– O empregado não tem jornada flexível e variada como o terceirizado. Os planos de saúde oferecidos e o local de refeição, por exemplo, não é o mesmo. Ou seja, o terceirizado e o empregado exercem a mesma função, mas têm direitos diferentes. Além disso, nas audiências, as empresas alegam não saber se o terceirizado trabalhou na instituição e jogam a responsabilidade para a empresa terceirizada – explicou.

A pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), Marilane Teixeira, apresentou dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) segundo os quais, entre novembro de 2017 e junho de 2018, o mercado de trabalho formal movimentou mais de 19 milhões de pessoas, sendo 9.672.329 admitidos e 9.669.103 desligados.

– Nesse período, as formas de dispensa estão distribuídas em 58% desligamentos sem justa causa, 22% por pedidos de demissão e 1%, que corresponde a 80 mil pessoas, por desligamentos por acordo. Acontece que as homologações estão sendo feitas dentro da empresa. Assim, não refletem a verdade – declarou.

**Fonte:** Agência Senado – 10/08/2018 - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Trabalhador ganha menos que salário mínimo com reforma trabalhista

O contrato intermitente, em que o trabalhador recebe por hora trabalhada, e o contrato por tempo parcial, com jornadas de 26 a 32 horas, estão precarizando as condições de trabalho e derrubando a renda das famílias. Entre novembro de 2017 e junho de 2018, período em que passou a valer a reforma trabalhista do ilegítimo e golpista Michel Temer (MDB-SP), foram gerados 35.408 novos postos de trabalho precários, sem direitos nem garantias, sendo 22.901 contratos intermitentes e 12.507 parciais. Os patrões que defenderam a reforma porque as mudanças iriam “modernizar” a CLT estão aproveitando para lucrar com a exploração da mão de obra barata. Há casos de trabalhadores que chegaram a receber apenas R\$ 320,00 ao final de um mês inteiro de trabalho, o equivalente a um terço do salário mínimo (R\$ 954), conta Paloma Santos, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação de Cubatão, Praia Grande, São Vicente, Santos, Guarujá e Bertioga (Sindilimpeza). Ela tem recebido com frequência no sindicato relatos de trabalhadores e trabalhadoras que foram demitidos e recontratados de forma precária, ganhando menos e trabalhando mais. “Aumentou em 70% na nossa base de representação a procura por pessoas para trabalhar por hora, com contratos precários e em horários que inviabilizam o trabalhador de ter vínculo em qualquer outro emprego”, denuncia Paloma. Segundo a dirigente, os empresários do setor têm demitido trabalhadores que trabalhavam 8 horas por dia e recontratado de forma parcial para fazer o mesmo serviço em um período de apenas 4 horas, geralmente das 11h às 15h. “Além da sobrecarga de trabalho e do rebaixamento de direitos, esse horário é estratégico para o patrão, pois prende o trabalhador e assim ele não consegue ter tempo disponível para trabalhar em outro lugar”, critica Paloma. Para conseguir ganhar um salário mínimo no final do mês, relata a presidenta do Sindilimpeza, o trabalhador precisa negociar com o patrão para conseguir assinar dois contratos. “E geralmente eles duram de 3 a 4 meses e depois o trabalhador fica sem emprego. Para dar um basta aos desmandos provocados pelo ilegítimo governo de Temer, a CUT e demais centrais promovem nesta sexta-feira (10) o “Dia do Basta”, com paralisações no local de trabalho, atrasos de turnos e atos públicos por todo País.

Leia mais: Portal Vermelho – 10/08/2018 - <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

## Aumento para ministros do STF teria impacto de R\$ 4 bi

Se aprovada pelo Congresso e sancionada pela presidência da República, a proposta dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) de reajustar seus salários em 16,38% teria um impacto de cerca de R\$ 4 bilhões nas contas da União e dos estados. Cálculo feito pelas consultorias Orçamento da Câmara e do Senado mostra que o efeito cascata de reajustar a remuneração dos ministros de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil seria de R\$ 717 milhões no Judiciário e de R\$ 258 milhões no Ministério Público da União. No caso do Poder Executivo, onde o mecanismo do abate teto desconta os salários que hoje ultrapassam R\$ 33,7 mil, o efeito seria de outros R\$ 400 milhões. Por fim, de acordo com a consultoria, o impacto seria de R\$ 2,6 bilhões nos entes da federação. A proposta foi aprovada no STF nesta quarta-feira (8). Ainda será encaminhada ao Ministério do Planejamento, ao Congresso e para sanção presidencial.

MINISTROS DO STF APROVAM REAJUSTE DE 16,38% NOS PRÓPRIOS SALÁRIOS...



Fonte do Clipping: Jornal Diário do Litoral – 10/08/2018

Fonte da Notícia: Jornal Diário do Litoral – 10/08/2018

Observação: Não haverá Sinopse Sintius no período de 13 a 27 de agosto.